

## RELAÇÕES FAMILIARES: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS?

### FAMILY RELATIONS: WHAT ARE THE CONSEQUENCES ON THE DEVELOPMENT OF CHILDREN?

### RELACIONES FAMILIARES: ¿CUÁLES SON LAS CONSECUENCIAS EN EL DESARROLLO DE LOS NIÑOS?

Alcione Januária Teixeira da Silveira<sup>1</sup>  
Fernanda Bicalho Pereira<sup>2</sup>  
Shayenne de Souza Figueiredo Breguez<sup>3</sup>  
Milene Maria Santos Braga<sup>4</sup>

#### Resumo

Trata-se de um estudo sobre as relações familiares e suas consequências no desenvolvimento dos filhos. O estudo foi realizado em uma instituição de acolhimento em um município da Zona da Mata mineira. A família representa a gênese, a base da formação do sujeito. Ela constitui o primeiro sistema social dentro do qual o ser humano cresce e se desenvolve. Sendo assim, o objetivo do estudo foi analisar as relações familiares e sua influência no desenvolvimento dos filhos, levando em consideração o papel que a família exerce desde os anos iniciais e o quanto a presença ou ausência dela pode causar impacto na vida do sujeito. Os resultados evidenciaram que a ausência familiar causar um vazio, o qual desencadeia vulnerabilidades e miséria e que por mais que haja a atuação do Estado, poucas oportunidades são criadas para minimizar essas consequências e possíveis transtornos mentais.

**Palavras-chave:** Família. Abrigo Institucional. Desenvolvimento.

#### Abstract

This is a study on family relationships and their consequences on children's development. The study was carried out in a reception institution in a municipality in the Zona da Mata region of Minas Gerais. The family represents the genesis, the base of the formation of the subject. It constitutes the first social system within which human beings grow and develop. Therefore, the objective of the study was to analyze family relationships and their influence on the development of children, taking into account the role that the family plays from the earliest years and how much its presence or absence can impact the subject's life. The results showed that family absence causes a void, which triggers vulnerabilities and misery and that, no matter how much the State acts, few opportunities are created to minimize these consequences and possible mental disorders.

**Keywords:** Family. Institutional Shelter. Development.

#### Resumen

Se trata de un estudio sobre las relaciones familiares y sus consecuencias en el desarrollo de los niños. El estudio se llevó a cabo en una institución anfitriona en un municipio de la región Zona da Mata de Minas Gerais. La familia representa la génesis, la base de la formación del sujeto. Constituye el primer sistema social dentro del cual crecen y se desarrollan los seres humanos. Por tanto, el objetivo del estudio fue analizar las relaciones familiares y su influencia en el desarrollo infantil, teniendo en cuenta el papel que juega la familia desde los primeros años y cuánto puede impactar su presencia o ausencia en la vida del sujeto. Los resultados mostraron que la ausencia familiar provoca un vacío, lo que desencadena vulnerabilidades y miserias y que, por más que el Estado actúe, pocas oportunidades se crean para minimizar estas consecuencias y posibles trastornos mentales.

<sup>1</sup> E-mail: [cionepsi@hotmail.com](mailto:cionepsi@hotmail.com).

<sup>2</sup> Psicóloga, graduada pela UFMG, Mestrado em Saúde e Enfermagem pela UFMG, professora na Faculdade Univértix. E-mail: [fernandabicalhopereira@gmail.com](mailto:fernandabicalhopereira@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7061-6236>.

<sup>3</sup>Graduanda em Psicologia pela Faculdade Vértice – Univértix / MG. E-mail: [shayennebreguez@yahoo.com.br](mailto:shayennebreguez@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002.0453.9316>.

<sup>4</sup> Graduanda em Psicologia pela Faculdade Vértice – Univértix / MG. E-mail: [milenebraga90@hotmail.com](mailto:milenebraga90@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5649-6744>.

---

**Palabras clave:** Família. Albergue Institucional. Desarrollo.

## INTRODUÇÃO

A família constitui a gênese da formação do sujeito, a base, não sendo apenas um exercício biológico e nem somente uma função social. É, sobretudo onde o ser humano aprende as primeiras instruções, absorve valores culturais e religiosos, busca preparação para o mundo, capta essências e dá significado a sua existência (Souza, 2012).

É na família que se dá os primeiros ensinamentos, é onde o sujeito se desenvolve em todos os aspectos e se forma de maneira integral. É o primeiro espaço que nos acolhe e onde encontramos abrigo. Na convivência, em algumas famílias, pode-se aprender mutuamente o respeito, a partilha, a disciplina e a resolução de conflitos. Aprendemos a perceber o mundo, damos início a nossa identidade e somos introduzidos no processo de socialização (SCHMIDT, 2018). Por isso, é tão comum nossa semelhança àqueles que nos educaram. Dessa maneira, cada pessoa traz consigo experiências, aprendizados e lembranças que podem gerar contentamento ou insatisfação refletindo por toda a vida, conforme aponta Scaglia *et al.* (2018).

A família é o pilar da sociedade a base de sustentação, pois através dela se dá a interação com o mundo, além da preparação para a vida. Souza (2012) aponta que numa família onde habitam o respeito, a cooperação, o amor, a educação, formamos indivíduos confiantes e preparados para o convívio social. O papel da família perpassa ensinar o certo e o errado, é formar indivíduos conscientes, solidários, tolerantes, respeitosos, autoconfiantes. É formar cidadãos.

Para Almeida (2014) o que uma pessoa se torna pode ter sido diretamente influenciado pelos anos iniciais de sua vida porque vem das raízes. O que ou como influenciará são incógnitas que serão reveladas pela vida. Contudo, para Scaglia *et al.* (2018) de uma maneira ou de outra, seremos influenciados pelos nossos anos iniciais. Partimos do pressuposto de que a família exerce influência no desenvolvimento dos filhos porque a consciência de mundo se dá a partir dali. E ainda, que se transformando e assumindo novas configurações, como afirma Pereira (2010), a família permanece e segue com seu papel no desenvolvimento dos filhos, que levam arraigados no seu íntimo as marcas que a família produziu.

Diante disso, o objetivo do estudo é analisar as relações familiares e sua influência no desenvolvimento dos filhos, levando em consideração o papel que a família exerce desde os

---

anos iniciais, e o quanto a presença ou ausência da mesma pode causar impacto na vida do sujeito.

Partimos da hipótese de que o desenvolvimento de crianças e adolescentes depende de um grande cuidado e incentivo da família, logo, uma vez que este cuidado se faz ausente, esse desenvolvimento certamente será prejudicado.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O papel que a família exerce na forma como o sujeito se desenvolve é de extrema importância, visto que possibilita que o sujeito sobreviva e se socialize. Proporciona os cuidados iniciais de que toda criança necessita. É nesse ambiente que a maioria das pessoas vivencia as primeiras experiências (Schmidt, 2018). Assim, a família é o primeiro espaço para a formação psíquica, moral, social e espiritual do sujeito, que aprende a se comunicar, a dialogar, a ter conhecimento de amor e respeito, dos valores e regras sociais, que são de fundamental importância para a formação da personalidade e do caráter, contribuindo para o desenvolvimento do ser integral (Souza, 2012).

De acordo com Carvalho e Almeida (2003), o conceito de família não está restrito apenas aos vínculos por laços biológicos, pois abrange a convivência e o compartilhamento de experiências do grupo. O primeiro contato que temos com o mundo é por meio da família, onde se estabelecem as primeiras relações afetivas, se aprendem os primeiros valores, se compartilham dúvidas e medos, sendo também o primeiro espaço de ajustamento e organização das relações e funções a serem desempenhadas pelo indivíduo na sociedade (Sanare, 2015).

É sabido que a família é um bem para a sociedade, é ela que oferece toda base afetiva em que se constrói a personalidade, é o espaço onde se aprende a exercer a cidadania e a se desenvolver individualmente e em grupo (Faço, Melchiori, 2009).

## **O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

No Brasil, os serviços de acolhimento a crianças e adolescentes remontam ao período colonial. Mas foi com a promulgação da Lei 8.069 de 1990, que foi disposto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual as crianças e adolescentes passaram a ser

---

concebidos como sujeitos de direito, e o serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101) (BRASIL, 2009). Assegurando, ainda, o direito à convivência familiar e comunitária, tendo prioridade a família de origem e, excepcionalmente, a família substituta (Art. 19). De acordo com as disposições do ECA, deve-se recorrer ao encaminhamento a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade (BRASIL, 2009).

A estrutura dos serviços de acolhimento se dá através dos seguintes princípios: Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar, Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar, Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários, Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não-discriminação, Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado, Garantia de Liberdade de Crença e Religião e Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem (Brasil, 2009).

Através desses princípios e das orientações metodológicas previstas nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, podemos considerar que o acolhimento, deve ser realizado de forma cuidadosa e facilitadora no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, assim como promover autonomia, inserção social e superação dessas experiências e dos motivos que levaram ao acolhimento. Dessa maneira, o abandono ou o afastamento do convívio familiar, pode exercer menor impacto quando o atendimento no serviço de acolhimento é realizado com responsabilidade e eficácia (Brasil, 2009).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, que, segundo Goldenberg (1997) objetiva o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de um desenho metodológico de estudo de caso, englobando a análise documental, através de prontuário. Segundo Gil (2008) esse método de pesquisa é considerado eficaz, pela exploração de situações reais, visto que os limites não estão claramente definidos, bem como pela descrição de situações do contexto onde ocorre a investigação e pela explicação das variáveis causais do fenômeno. Assim, o estudo de caso se caracteriza pela profundidade do estudo, permitindo conhecimento com amplitude e detalhamento (Gil, 2008).

A análise documental se baseia em uma fonte de pesquisa a partir de documentos que podem ser escritos ou não, denominados fontes primárias e podem ser realizadas no momento em que ocorrem ou depois (Marconi, Lakatos, 2010). A análise documental constitui uma técnica de extrema importância na complementação de informações obtidas por outras técnicas e na descoberta de aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

A instituição onde foi realizada a pesquisa fica localizada em um município do interior de Minas Gerais, localizado a 170 km da capital Belo Horizonte. Em nossas consultas, verificamos que o serviço de acolhimento institucional no município existe há mais de 16 anos, recentemente com mudanças estruturais de acordo com reordenamentos previstos em lei, é um Abrigo Institucional.

O processo de coleta de dados envolveu três etapas. Na primeira, foi realizada uma visita à instituição de acolhimento escolhida, para apresentar a pesquisa e solicitar autorização. Na segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma conversa com a psicóloga responsável para selecionar o caso a ser estudado. Para esse processo de seleção foram aplicados os seguintes critérios:

- a) Adolescente institucionalizado (a) por mais de três anos.
- b) Adolescente sem receber visita da família por mais de seis meses.
- c) Considerações da psicóloga para o caso a ser estudado.

A terceira etapa foi à realização do estudo de caso através do prontuário individual do adolescente. Para esta etapa, o roteiro se organizou em torno de alguns eixos previamente estabelecidos: a) perfil da família, b) perfil do adolescente, c) perfil da instituição, d) aspectos educacionais, de saúde, e lazer do adolescente e, e) relação do adolescente com a família.

Para apresentação dos resultados, trabalhamos com a análise de conteúdo a partir da emergência dos dados, propondo as categorias como: o antes da institucionalização, a institucionalização e o momento atual do adolescente. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações organizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Vale ressaltar que a análise do prontuário foi realizada com autorização dos responsáveis pela instituição e todos os nomes citados na pesquisa serão fictícios, como forma de resguardar os sujeitos envolvidos na pesquisa que se desenvolveu de acordo com as definições da Resolução 466/2012, que define as características da pesquisa que envolve seres humanos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **O CASO DE ARTHUR**

Arthur foi uma vítima do sistema e das diversas desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. A falta de equidade e a segregação sofrida por esse adolescente fez com que tivesse uma vida curta e um fim trágico. Ele foi acolhido em uma instituição aos 07 anos de idade. Motivo? Maus tratos praticados pela genitora. Havia evidência de ter sido acorrentado ao berço além de ter sido vítima de vários tipos de negligência. Para tanto, vamos conhecer a história de Arthur.

### **HISTÓRICO FAMILIAR**

A genitora de Arthur, Alice, reside com sua mãe e outras sete pessoas, entre elas sobrinhos (adolescentes) e irmãos (adultos). Residem em uma casa própria de cinco cômodos, localizada em um distrito a 15 km da cidade. A renda da família é estimada no valor de um salário mínimo, proveniente da pensão da avó de Arthur. Os demais membros da família, desempregados, fazem serviços esporádicos. O ambiente familiar, como descrito pelos técnicos da instituição no prontuário, apresenta pouca higiene, promiscuidade, presença de álcool e drogas e relação afetiva distanciada, sendo esta a situação da família quando Arthur foi institucionalizado.

Alice é mãe de sete filhos, sendo que dois residem com as respectivas avós paternas, dois com os respectivos pais, dois foram adotados por outras famílias, e Arthur, institucionalizado aos sete anos de idade. Vale enfatizar que nenhum dos sete filhos mantém algum tipo de vínculo afetivo entre si ou com a genitora. Alice faz uso de bebida alcoólica, nega a dependência e nunca aceitou tratamento.

O pai da criança faleceu de cirrose hepática. Não aparecem informações desse pai em seu prontuário, exceto a informação de que também fazia uso de bebida alcoólica e apresentava epilepsia, sem descrições de alguma lembrança e ou contato com Arthur. Referente aos tios paternos, havia histórico de epilepsia, de nervosismo e agitação.

A família é essencial no desenvolvimento das pessoas, e tão influente que pode impulsionar ou inibir o sujeito, tanto fisicamente, quanto intelectualmente ou socialmente. Atua

---

como mediadora dos padrões e modelos da sociedade, tendo, portanto, impacto no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem e se descobrem no ambiente familiar (Dessen *et al.*, 2017).

Contudo, há de se considerar que para que uma família seja assim depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos. Segundo Petrini (2003) a partir do momento que a família não cumpre ou cumpre com dificuldade suas necessidades básicas e de socialização, dá-se o surgimento das situações de vulnerabilidade.

Gomes e Pereira (2005), destacam que a pobreza e a miséria estão relacionadas à forma como a família luta por sua sobrevivência e por melhorias na qualidade de vida, e como isso reflete em seus membros e em suas perspectivas de vida. Descreve ainda, que a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarrega que ela não consegue suportar, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## **HISTÓRICO DE VIDA DE ARTHUR**

Alice, durante a gestação do Arthur, teve anemia, fez uso constante de bebida alcoólica (cachaça) em doses altas, assim como, durante o período da amamentação, ao longo do primeiro ano de vida. Arthur nasceu com aproximadamente 2,5 kg e 40 cm. Antes de completar um ano de vida, teve um episódio de desmaio, iniciando o uso de Gardenal, medicação mantida até os 05 anos de idade.

Até esta idade conviveu com a genitora e segundo ela, apresentava-se uma criança muito agitada, ficava com raiva facilmente (arregalava os olhos e babava), sempre com quadro de anemia. Como forma de educá-lo, a genitora batia muito em Arthur.

Enfatizamos que, segundo Stubbe (2008), os fatores que colocam os jovens em risco de desenvolver um transtorno de conduta e o transtorno desafiador de oposição, como as dificuldades iniciais de comportamento, o início precoce de falta de obediência e episódios de agressão são: o comportamento em relação ao alcoolismo em um dos genitores, a história familiar de personalidade antissocial, o desempenho materno e paterno com comunicações coercitivas dos pais aos filhos, punição severa ou física, poucas regras e falta de supervisão, a perturbação da qualidade das relações familiares, família muito grande e a desvantagem socioeconômica.

Para Pratta e Santos (2007) a família é a base na determinação e organização da personalidade, e por isso influencia o comportamento do indivíduo conforme o modo de criação. Segundo Silva *et al.* (2008) é na família que a criança aprende a conviver com os “outros”, aprende a se relacionar afetuosamente formando sua identidade e sendo educada para viver conforme a sociedade espera.

## A BUSCA/SEPARAÇÃO DA FAMÍLIA

Com seis anos de idade, a guarda do Arthur foi entregue a uma senhora (casada com um primo de Arthur) que já cuidava de um dos seus irmãos, não havia muita informação sobre ele, mas retirado da família por motivos de negligência e maus tratos. Mas, em menos de um ano, após ter acolhido a criança, essa senhora alegou que estava vivendo um quadro de depressão, submetida a tratamento psiquiátrico, de forma que não tinha condições de cuidar do Arthur, relatando ainda, que a criança apresentava mau comportamento na escola e não tinha bom relacionamento familiar.

Diante disso, o menor retornou ao convívio familiar, na casa da avó materna, junto à genitora. No entanto, foi vítima de vários tipos de negligências, e como já era acompanhado pelo Conselho Tutelar e judiciário do município, foi institucionalizado em 27/07/2011, ocasião em que havia sido encontrado acorrentado ao berço em sua residência.

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), somente após esgotarem-se todos os recursos para a permanência da criança na família biológica, extensa ou na comunidade, que se deve encaminhá-la aos serviços de acolhimento. Após o acolhimento, deve-se buscar preservar os vínculos familiares, sendo fundamentado na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes e nas Orientações Técnicas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009).

Dessa maneira, a equipe técnica da Unidade de Acolhimento Institucional realizava tentativas em tornar possível a convivência da criança junto a sua família de origem e a comunidade. Durante as visitas domiciliares, a avó materna afirmava, em alguns momentos, não ter interesse pela guarda da criança, enquanto em outras ocasiões, manifestava o interesse em obtê-la. Ela descrevia Arthur como muito desobediente, dizia que ele gostava de ficar pelas ruas e não aceitava regras, nem limites. A mãe do Arthur, Alice, não tinha condições de cuidar do filho. Acrescentou que a casa em que viviam era pequena, a renda familiar

insuficiente, e já tinha muitos outros problemas além da criança. Em relação à família extensa paterna, não havia pessoas dispostas a requerer a guarda do mesmo. A família como um todo não reunia condições adequadas para responsabilizarem-se pela criança em si. Segundo a avó, não havia ninguém na comunidade com ligação emocional suficiente para obter a guarda da criança.

Em todas as ações de Arthur, ele parecia trilhar um caminho pouco saudável para si e diferente das expectativas sociais para os jovens, apresentava comportamento opositor, sendo percebido como uma fonte de desafios. O caso de Arthur, à luz da teoria ecológica de Bronfenbrenner (1986), destaca a importância da presença e do papel dos adultos cuidadores no desenvolvimento das crianças, como mediadores do contexto sociocultural em que estão inseridas. O convívio familiar experimentado por Arthur não se mostrou efetivo na oferta de um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento, ou mesmo, não foi fonte de orientação e de suporte emocional. Sua trajetória, marcada por envolvimento em situações ilícitas, abuso de substâncias químicas e problemas de conduta, reflete uma ausência significativa de influência positiva e orientação por parte dos adultos em sua vida (Martins, Szymanskiz, 2004). De acordo com Schmitt, Nascimento e Schweitzer (2016), os vínculos familiares fortes são considerados pela literatura como um dos fatores protetivos mais significativos para adolescentes em situação de risco social.

No primeiro ano de institucionalização, Arthur teve apenas cinco visitas da mãe. Durante as visitas domiciliares da equipe técnica da instituição na casa da família, percebiam que não havia interesse dos familiares em saber sobre o menino. Em alguns momentos, alegavam não ter dinheiro para pagar o transporte e o vínculo afetivo estava cada vez menos presente. O tempo foi passando, a procura diminuindo e a família estava cada vez mais distante. Arthur verbalizava interesse pela família e em ir embora da instituição, “*Ele às vezes perguntava onde estava a sua mãe e sua avó e porque não vinham visitá-lo*”.

O estudo de Iannele *et al.* (2015) aponta dificuldades para a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizadas por casos de violação de direito, abandono, negligência dos pais ou responsáveis. A autora acrescenta ser uma tarefa complexa, que pode levar tempo. O retorno ao lar encontra, ainda, mais dificuldades se o que impediu o convívio familiar não tiver sido superado ou solucionado, o que aumenta o desafio para os serviços.

Por um tempo, Arthur demonstrava saudades e interesse pela família de origem, mas depois só lembrava em datas comemorativas. Com o passar do tempo e com a distância da

família biológica, foi determinado à inclusão do infante nos cadastros de adoção estadual, nacional e internacional.

Durante a busca, esse adolescente chegou a sair com várias famílias por meio do programa de apadrinhamento<sup>5</sup> para passar finais de semana. Mas nenhuma das famílias manteve o vínculo, alegando problemas com o comportamento da criança. Foi acolhido em 2015, aos dez anos de idade por um casal residente em um município vizinho. Ele estabeleceu vínculo com essa família, reconhecido como um membro, bem recebido pela comunidade local e pela escola. Mas, após menos de seis meses da acolhida da criança, e embora houvesse se comprometido com a adoção, a família informou a insustentabilidade em permanecer com a guarda do Arthur, que não estava se adaptando, nem aceitando as regras de convivência, chegando a agredir membros da família, retornando, então, para a instituição de origem.

Logo, seis meses após, a mesma família convidou Arthur para passar as festividades de fim de ano e novamente tentaram uma reaproximação autorizada judicialmente. No entanto, Arthur retornou para a instituição, antes mesmo do natal.

Quando Arthur completou 12 anos de idade, a senhora que havia o acolhido aos seis anos de idade, o recebeu novamente. Entretanto, com a justificativa de comportamento agressivo por parte de Arthur, com episódios de brigas com o irmão, retorna, mais uma vez, para a instituição.

Segundo Zagury (2003), colocar limites auxilia a criança a moldar o seu comportamento. Nesse sentido, os pais e ou responsáveis que são firmes diante de condutas inadequadas diminuem ações impulsivas, e melhora a capacidade de auto controle da criança. Os limites fazem parte da formação da criança, também, em relação aos valores que, no futuro, vão nortear suas decisões, quanto ao que é certo ou errado (Almasan; Álvaro, 2006).

## A VIDA NA INSTITUIÇÃO

É orientado que a instituição favoreça crianças ou adolescentes abrigados, vivências que venham a auxiliar no seu desenvolvimento futuro, a partir da convivência e aprendizados (Farias, 2003).

Em seu registro, foi descrito que Arthur não aderiu às atividades propostas pela instituição (televisão, filmes, músicas, jogos, biblioteca, bola, brinquedos, chegou a ter celular).

<sup>5</sup> Apadrinhamento Afetivo é definido pelo acompanhamento e participação da família na vida de uma criança ou adolescente institucionalizada, e esta proporciona a criança ou adolescente uma nova vivência familiar, com apoio, carinho, atenção, amor e a oportunidade de experiências novas em família (Rosa, 2003).

---

A todo o momento, demandava atenção e uma atividade diferente. Gostava muito de ficar na rua, pedindo coisas, usando como artifício a sua história de vida.

A instituição o descreve como um garoto esperto, inteligente, com capacidade de aprendizagem até superior à média das demais crianças, mas que precisava de autorregulação. Gostava de papagaio e de bicicleta. Muito “boa praça”, fazia amizade fácil, mas não conseguia cultivá-las e mantê-las. Não demonstrava apego às coisas que possuía, de forma que, se ganhava algo, dava para um colega, para, logo em seguida, querer aquela coisa de volta. Demonstrava ser um adolescente do agora, não conseguindo pensar no ‘daqui a pouco’, tão pouco no amanhã. Desculpava-se com facilidade, mas pouco tempo depois, cometia os mesmos atos. Sabia elogiar, bem como agredir verbalmente as pessoas a sua volta. Mostrava-se medroso, não se defendendo diante de outros adolescentes.

Arthur estava institucionalizado e uma nova cultura foi imposta a essa criança. Para Goffman (1961), as instituições separaram esferas da vida, como brincar, trabalhar e dormir em lugares distintos, pois nas instituições há autoridades e regras a serem seguidas. Ao sujeito, cabe cumpri-las. Assim, atividades comuns do dia a dia têm de ser realizadas na companhia de outras pessoas, sendo estas tratadas da mesma forma, na obrigatoriedade do cumprimento das normas. Pode-se dizer que as instituições são estufas para mudar pessoas.

Uma instituição se difere do contexto familiar, se caracterizando como um ambiente que impõe rotinas mais rígidas, com horários, atividades e regras específicas, (Vectore; Carvalho, 2008), que pode, de acordo com Arpini (2003), interferir na história familiar causando sofrimento, angústias e medos.

As descrições em seu prontuário mostravam que Arthur tentava, de todas as formas, fazer prevalecer as suas vontades e o desejo de levar vantagem em tudo. Tinha dificuldades para aceitar regras, baixo limiar de frustração, agressividade verbal e física, dificuldade em aceitar o ‘não’. Mentia com frequência, tinha grande poder de persuasão e não apresentava apego às coisas materiais.

Na Unidade em que vivia, todas às vezes que algo lhe era negado, enfrentava os funcionários com palavras de calão, socos, pontapés, e chutes nas portas e janelas chegando a quebrá-las. O comportamento agressivo era frequente com funcionários ou crianças menores, por acreditar que não iriam revidar. Referente aos outros acolhidos, irritava-os, mas quando eles partiam para cima dele, ele apanhava calado e pedia socorro. Perante os internos, demonstrava medo e apatia, frente aos funcionários fúria e agressividade.

---

Segundo Goffman (1961) uma instituição é semelhante a uma escola de boas maneiras, regida por regras de conduta e controle do comportamento do sujeito. Devido à imposição de autoridade, os internos vivem angustiados em relação à desobediência e suas consequências. No entanto, entre os iguais, existem as próprias regras, existem suas formas de controle, cuidado e privilégios e faz com que os indivíduos se sintam com mais autonomia.

## ARTHUR, A ESCOLA E A VIDA COMUNITÁRIA

Na escola, Arthur também tinha um comportamento agressivo. Envolvia-se em confusões e tinha resistência quanto às normas. Segundo os relatórios da escola, demonstrava comportamento semelhante ao realizado na instituição, gostando de confrontar os superiores, com o intuito de impor a sua vontade e levar vantagens, “*quer fazer o que quer, quando quer, da forma que quer*”. Apresentava defasagem na aprendizagem, dificuldade na fala e no relacionamento com as crianças maiores. No boletim escolar havia notas baixas com frequência. Quando era contrariado, apresentava um comportamento negativo, agressivo, e fazia birra, recusava-se a realizar toda e qualquer atividade, circulava pela escola atrapalhando a rotina das outras salas e ia embora sem autorização.

Na sala de aula, era imprevisível, impulsivo e temperamental. Tinha dificuldade em aceitar a opinião dos funcionários e dos professores da escola, ignorando enquanto assoviava, gritava, dançava, pulava e mostrava a língua. Por vezes, saía da sala de aula e não participava das atividades propostas. Os outros alunos se sentiam acuados com a presença dele, apesar de algumas vezes, Arthur recuar, quando se sentia ameaçado por outro colega. Em um momento de sua vida, aos 13 anos de idade, passou a se mutilar em sala de aula, arrancando peles da boca e dos dedos para fazer machucados.

Os comportamentos inadequados e de confronto no ambiente escolar foram aumentando a intensidade com o passar dos anos. Arthur tinha facilidade de aprender, mas não alcançava bons resultados. Mentia para conseguir seus desejos e por várias vezes foi suspenso da escola, foi trocado de turma e até de escola. Ao completar 15 anos, foi matriculado em um centro de educação continuada, mas não mantinha frequência.

De acordo com Amado (2009), é necessário que existam regras no ambiente escolar e um dos seus benefícios é economizar esforço e tempo, pois um sistema de regras bem definido auxilia no alcance de objetivos e ainda possibilita ao aluno o entendimento do que se espera dele.

Por outro lado, a escola deveria criar possibilidades de inclusão desse adolescente. Segundo Freitas (2010), através da inclusão escolar, se espera o acolhimento, o respeito a diversidade e o ensino através de recursos pedagógicos apropriados além de práticas que inovem o ambiente escolar.

Referente à vida social e comunitária do Arthur, como já foi dito, ele apresentava facilidade em fazer amizades, mas não conseguia cultivá-las, o que dificultava a interação social. Na mesma intensidade que conquistava, ele afastava tais amigos devido aos seus comportamentos.

Diversas atividades foram proporcionadas a Arthur, como futebol de campo, futebol de quadra, aula de desenho, violão, capoeira, pintura, handebol, foram oferta dos cursos de informática básica e curso de montagem e manutenção de computadores. Mas, os relatos dos professores e monitores afirmavam que o adolescente não sabia brincar, chegando a agredir com chutes os colegas do próprio time de forma proposital, relatos também de um alto nível de busca por novidades e não dava seguimento em nenhuma atividade proposta.

Segundo Mollo-Bouvier (2005), a dificuldade de socializar traz estigmas e leva ao desajuste do sujeito em relação a si mesmo e ao outro. Para Nunes e Hutz (2007) a formação da personalidade está ligada ao saber se socializar e isso descreve a qualidade das vivências em grupo. Nunes et al (2003) afirma que a pessoa que se socializa tem tendência a ter empatia, interesse e ser prestativa, modificando a percepção de si mesma no mundo.

## **BUSCA DE CUIDADO: TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO**

Consta no prontuário de Arthur o histórico de acompanhamentos psicológicos com início aos dez anos de idade. No entanto, há relatos de que ora se negava a comparecer aos atendimentos, ora não se envolvia e ora tinha alta. Em seus registros, iniciou o acompanhamento psicológico em setembro de 2014 e alta em novembro de 2015. Novamente em janeiro de 2016 e alta em julho do mesmo ano. Retornou em maio de 2017 com alta em julho do mesmo ano, outra vez em junho de 2018 e obteve alta em novembro de 2018. Realizava consultas clínicas e exames laboratoriais anualmente ou sempre que necessário e sempre apresentando bom resultado. Realizou tratamento fonoaudiológico por um período.

Iniciou tratamento psiquiátrico em 2013, aos 08 anos de idade, passando por atendimento a cada dois meses. As medicações variavam entre as consultas, tendo feito uso de Risperidona, Haloperidol, Ácido Valpróico, Daforim e Imipramina. Em relação ao diagnóstico,

foi descrito com transtornos mentais/comportamentais (F19.1) devido ao uso múltiplo de drogas e outras psicoativas, retardo mental leve, comprometimento significativo do comportamento (F70.1), requerendo vigilância, distúrbios da atividade e da atenção (F90.0), distúrbio de conduta não socializado (F91.1) e transtorno desafiador de oposição (F91.3).

É característica essencial do transtorno de opositor desafiador um padrão frequente e persistente de humor raivoso/irritável, comportamento questionador/desafiante ou de índole vingativa. Normalmente, o sujeito desafia ou se recusa a obedecer às regras ou pedidos, questiona figuras de autoridade, perde a calma e se irrita facilmente. Os sintomas podem se limitar a apenas um ambiente, comumente em casa, contudo, nos casos mais graves, os sintomas do transtorno se apresentam em múltiplos ambientes e contextos, causando prejuízos significativos na vida social do paciente (DSM V, 2014).

Nos distúrbios da atividade e da atenção, há um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, que interfere no funcionamento e no desenvolvimento. A criança apresenta dificuldades em prestar atenção em detalhes ou de focar em atividades, problemas também para organizar tarefas e não escuta quando alguém dirige a palavra a ele parecendo estar com a cabeça longe (DSM V, 2014).

Para o DSM V (2014), no retardo mental há limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, existe dificuldade em aprender habilidades acadêmicas envolvendo leitura, escrita, matemática, tornando necessário apoio para o alcance das expectativas. Nas relações sociais, o indivíduo demonstra imaturidade e compreensão limitada dos riscos, com dificuldade de regulação da emoção e do comportamento.

Conforme Dalgalarro (2008) o abuso de substâncias psicoativas ocorre quando há uso recorrente ou contínuo de uma substância psicoativa, que leva a prejuízos ou sofrimento significativos ao sujeito em sua vida familiar, no trabalho ou na escola. Para muitos adolescentes, o início do abuso de substâncias está relacionado a fatores como curiosidade, aceitação em grupos, convivência com outros que já fazem uso, para diminuir sensações desagradáveis e obter prazer, entre outros fatores.

De acordo com Stubbe (2008) o transtorno de conduta está ligado ao transtorno desafiador de oposição. As crianças e adolescentes com esse diagnóstico apresentam comportamentos de violações das regras sociais e ações consideradas inadequadas pelos outros. O tratamento requer o envolvimento do lar e da escola, e o componente de comprometimento da criança no tratamento. A intervenção precoce e o auxílio às famílias na aquisição de métodos adaptativos melhoram o prognóstico.

## O FIM DE ARTHUR

Aos 13 anos de idade, depois de idas e vindas à instituição de forma autorizada, iniciou a condução de fugas da instituição. No entanto, as notícias eram de que mantinha contato com pessoas de má índole nas ruas, pessoas com uso de cigarro, drogas, além de fazer “favores” sempre em troca de algo, servindo de aviãozinho<sup>6</sup>. Suas fugas passaram a ser frequentes chegando a ficar semanas desaparecido. Em várias situações, era trazido à instituição pela Polícia Militar, que o encontrava perdido, ou machucado ou fazendo algo ilícito. Em seu retorno, chegava com roupas diferentes, sujo, com mau cheiro e com sinais de uso de drogas.

Nesse período de sua vida, começou a se negar ao tratamento medicamentoso na instituição e inicia uma coleção de boletins de ocorrência, ora por agressão a funcionários ou a acolhidos da instituição, ora por dano ao patrimônio público, ora por furto.

Segundo Stubbe (2008), as crianças que apresentam transtorno de conduta, apresentam dificuldades de relacionamentos sociais, com elevada incidência de envolvimento com a criminalidade, de transtornos psiquiátricos e de abuso de substâncias. Logo, supõe-se que quando adultos, terão menos conquistas acadêmicas e ocupacionais e seguirão por toda a vida com todas essas dificuldades se não tratadas da forma correta.

Nesse momento de intensa convivência nas ruas, Arthur descobriu a residência da sua família biológica (após oito anos na instituição), e evadia sempre para lá, negando os cuidados da instituição. Diante disso, o poder judiciário realizou a tentativa de responsabilizar a mãe pelos cuidados de Arthur. No entanto, nem ela, nem a família (agora com oito residentes adultos) aceitaram tal compromisso, recusando-se e alegando que o mesmo não obedecia, não respeitava as regras e horários da casa, além de informar que Arthur estaria melhor no acolhimento. Diante disso, o judiciário o institucionalizou novamente.

Arthur continuava fugindo da instituição, que mesmo mantendo os cuidados necessários para evitar a evasão do adolescente, não se fazia eficaz. Ele retornava com frequência a casa da família, que mais uma vez, sem assumir a responsabilidade, o acolhia. Foi um período em que o adolescente se envolveu ainda mais com a drogadição, com longos períodos evadidos

<sup>6</sup>Aviãozinho: No jargão policial significa a pessoa que leva o tóxico para um comprador e volta com o dinheiro para o traficante dono da droga (Barbosa, 2012).

da instituição, se manteve sem o tratamento médico e ou medicamentoso, sem frequência escolar e ou cuidado.

Em setembro de 2018, Arthur foi encontrado na rua muito desorientado. Foi levado ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do município e encaminhado ao Centro Psíquico da Adolescência e Infância – Cepai, na cidade de Belo Horizonte. Lá permaneceu internado por dezesseis dias, tendo alta com orientação da equipe de saúde mental do município sobre a continuidade do tratamento.

Há entre as estratégias de cuidado e acolhimento nas ações do CAPS o atendimento, trabalhos de reabilitação psicossocial, ações que promovam autonomia do usuário, trabalhos em grupo, dentre outras (Braga, D'Oliveira, 2019). De acordo com A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, o Cepai é tido como referência na atenção em saúde mental da criança e do adolescente, para os casos de maior complexidade. É um serviço de atendimento à crise em psiquiatria, neurologia, psicologia, terapia ocupacional, serviço social, fonoaudiologia e fisioterapia. As modalidades de tratamento são alojamento conjunto, leito-crise, permanência-dia, oficina terapêutica, ambulatório e lar abrigado (FHEMIG, 2020).

Retornando a instituição, várias intervenções (psiquiatra, remédio, etc) foram propostas a Arthur, mas segundo a instituição, mantinham um sentimento de impotência, já que não tinham conseguido realizar um trabalho efetivo de proteção a ele. O adolescente estava há oito anos procurando seu lugar, indo e vindo da instituição e durante todo esse período a queixa era a mesma em relação ao seu comportamento, as quais vinham aumentando em quantidade e intensidade.

Novamente, ele evadiu para a rua e se envolveu com coisas ilícitas e atos infracionais, colocando sua vida em risco. Diante disso, pensando em manter sua integridade física e no esgotamento das possibilidades existentes no momento, um psiquiatra fez a indicação de uma internação compulsória, justificada pelo uso excessivo de drogas e a não adesão ao tratamento proposto. Assim sendo, Arthur foi internado, através de ordem judicial, para tratamento de sua dependência química.

Segundo Lima (2001) a decisão da internação compulsória deve ser tomada se os recursos extra-hospitalares para o tratamento e resolução dos problemas forem esgotados, levando ainda em conta a gravidade da situação e os riscos a que está exposto o adolescente. Dessa maneira, os indivíduos que apresentam problemas com drogas podem ser tratados em instituições fechadas com o objetivo de promover o abandono do uso de psicoativos através do isolamento dos usuários (Bastos, 2009).

Para tanto, Arthur que havia sido internado como forma de proteção e cuidado, não teve êxito em seu tratamento e sim, o fim de sua vida. Segundo relatos do noticiário local, em uma noite do mês fevereiro de 2020, Arthur foi sufocado enquanto dormia e posteriormente jogado do segundo andar. Quando a Polícia Militar foi acionada, o adolescente de 15 anos já estava sem vida. Em reportagem, foi descrito que os três colegas de quarto confessaram o crime e disseram que Arthur estava fazendo constantes ameaças, e por isso, decidiram matá-lo. Um dos adolescentes relatou que enquanto Arthur dormia, eles o ‘pegaram no mataleão’. Os adolescentes disseram que já vinham tendo problemas de relacionamento com ele antes do ocorrido.

Podemos afirmar que os fatores que colocaram Arthur em risco referem-se às características dos transtornos? Stube (2008) descreve os comportamentos relativos aos transtornos citados, explicando que os adolescentes com estes diagnósticos tendem a se comportar de forma agressiva, apresentam temperamento difícil, se irritam facilmente, levando muitas vezes a violação de regras da sociedade, com ações inapropriadas contra outras pessoas. Há de considerarmos ainda, que Arthur não se beneficiou de nenhum fator protetor considerado necessário para um prognóstico e melhora. Logo, foi, se assim podemos dizer, uma vítima do sistema e das desigualdades sociais que afetam milhões de pessoas em Brasil.

Diante das reflexões a respeito da presença e/ou da ausência da família na vida de uma criança e a influência para o adulto que irá se tornar, questionamos: como exigir de uma criança o que não foi dado a ela? Como oferecer uma base idônea a uma criança que não teve uma família presente e atuante em seu desenvolvimento? Para tanto, seria mesmo a família, a sustentação, a fortaleza, a base de ensinamentos, o local seguro, a direção e o apoio? Para Sanare (2015) família é parte fundamental do ser humano, que completa, que ensina valores e prepara para a vivência em sociedade.

Nesse sentido, observamos que Arthur não foi contemplado com uma vivência em família que auxiliasse em seu desenvolvimento, em sua saúde emocional, que o assegurasse em suas dificuldades e sim, foi obrigado pelas circunstâncias a viver institucionalizado fazendo de sua vida, uma vida vazia, sem perspectivas. Nesse sentido, observamos que Arthur durante os primeiros anos de sua vida, teve em sua convivência com a família uma série de negligências<sup>7</sup>, nesse caso, vale enfatizar, segundo Azevedo e Guerra (2008), a importância de

---

<sup>7</sup> Consiste na omissão injustificada por parte do responsável em supervisionar ou prover as necessidades básicas de criança, adolescente ou pessoa com deficiência, os quais, face ao estágio do desenvolvimento no qual se encontram e de suas condições físicas e psicológicas, dependem de cuidados prestados por familiares ou responsáveis. Este desatendimento injustificado pode representar risco à segurança e ao desenvolvimento do

---

diferenciar a negligência das situações justificadas pela condição de vida da família, o que nos faz destacar o contexto social em que cresceu Arthur. Seguindo em sua trajetória, obrigado pelas circunstâncias a viver institucionalizado fazendo de sua vida, uma vida vazia, sem perspectivas.

Arthur vivenciou, através da institucionalização, o abandono, a mutilação do seu eu, uma mortificação segundo Goffman (1961). Assim, devemos questionar qual é o limite da resistência humana para suportar uma situação de abandono, de exclusão social e familiar, sem ao menos ter maturidade e desenvolvimento psicológico para pensar sobre isso. A abordagem de Lubi (2003), dentro do contexto teórico de Bronfenbrenner (1986), ressalta a importância dos adultos cuidadores como modelos de aprendizagem e fontes de afeto para as crianças. No entanto, é crucial reconhecer que o contexto sociocultural pode apresentar desafios para os adultos cuidadores oferecerem esse suporte e atenção adequados, o que pode influenciar significativamente o desenvolvimento e o bem-estar das crianças (Martins, Szymanskiz, 2004). Portanto, ao refletir sobre o caso de Arthur, é essencial questionar o papel dos adultos cuidadores em sua vida, o suporte social experimentado por Arthur e seus familiares e o que foi feito para interromper o ciclo de comportamento prejudicial em que ele estava envolvido, considerando o contexto mais amplo em que essas interações ocorrem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações familiares e sua influência no desenvolvimento dos filhos, levando em consideração o papel que a família exerce desde os anos iniciais e o quanto a presença ou ausência da mesma pode causar impacto na vida do sujeito.

Assim, os resultados confirmam nossa hipótese, de que o desenvolvimento de crianças e adolescentes depende de cuidado e do incentivo da família. Uma vez que este cuidado se faz ausente, o desenvolvimento certamente será prejudicado.

Concluimos que os resultados evidenciam além da falta da família, a vulnerabilidade, a miséria, a pobreza e a falta do Estado, que por mais que se faça presente, não consegue

---

indivíduo, podendo incluir situações diversas como a privação de cuidados necessários à saúde e higiene; o descumprimento do dever de encaminhar a criança ou adolescente à escola; o fato de deixar a pessoa sozinha em situação que represente risco à sua segurança, etc. O abandono, deixando a criança, o adolescente ou a pessoa com deficiência em situação de extrema vulnerabilidade e risco consiste na forma mais grave de negligência. (Brasil, 2009, p. 110).

substituir ou cumprir esse vazio, e pouco cria oportunidades para minimizar as possibilidades de desenvolvimento de algum tipo de transtorno mental. Gomes e Pereira (2005) enfatizam o sistema de desigualdades e má distribuição de renda que destrói, não só as famílias, mas toda a sociedade. Faz-se necessário a promoção e apoio às famílias vulneráveis, através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas, desenvolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos, de forma integral e contínua, objetivando com isso melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

A história de vida de Arthur nos leva a refletir a importância da família no desenvolvimento de uma pessoa, como também o impacto do acesso ou não das oportunidades e condições dignas de vida. Observamos que os contextos influenciam na maneira como os pais educam seus filhos e que julgar ou culpabilizar não contribui para evitar que outras famílias se estruturam da mesma forma. Acreditamos que esta pesquisa possa provocar reflexões e auxiliar famílias, instituições, Estado e o meio científico na compreensão de casos como esse e a busca por alternativas pode evitar que outros adolescentes reproduzam comportamentos inadequados a própria vida.

## REFERÊNCIAS

ALMASAN, Daisy Ariane. ÁLVARO, Alex Leandro Teixeira. **A importância do senso de limites para o desenvolvimento da criança.** Revista Científica Eletrônica de Psicologia- issn: 18060625. Garça/SP. Ano IV – Número 7 – Novembro de 2006.

ALMEIDA, Emanuelle Bonácio de. **A relação entre pais e escola:** a influência da família no desempenho escolar do aluno. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2014.

AMADO, João. **Ambiente disciplinar em escolas do primeiro ciclo:** as normas e as regras de convivência. Universidade do Minho, 2009. ISBN- 978-972-8746-71-1 197.

ARPINI, Dorian Mônica. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes.** Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 23, n. 1, p. 70-75, Mar. 2003.

AZEVEDO, M. A. **Pesquisa Qualitativa e Violência Doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA):** por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/VDCA.doc>. Acesso em 04 de maio de 2024.

BARBOSA, Rui. **Dicionário informal**, 13 jun. de 2012. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/avi%C3%A3ozinho/>. Acesso em 27 jun. de 2020.

---

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BASTOS, Adriana. **Considerações sobre a clínica psicanalítica na instituição pública destinada ao atendimento de usuários de álcool e/ou drogas**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2009.

BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 401-410, Feb. 2019.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, Junho de 2009.

BRONFENBRENNER, U. Ecologia da família como contexto de desenvolvimento humano: perspectiva de pesquisa. **Psicologia do Desenvolvimento**, n.22, p.723-742, 1986.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, June 2003.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DESSEN, Maria Auxiliadora. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

DSM V - **MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS**. American Psychiatric Association. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FACO, Vanessa Marques Gibran. MELCHIORI Lígia Ebner. **Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Unesp, 2009.

FARIAS, Marcia Grasiela Silva de. **A Importância da preservação e restituição do vínculo familiar nos abrigos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2003.

FHEMIG. Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. **Centro Psíquico da Adolescência e Infância**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://www.fhemig.mg.gov.br/atendimento/complexo-de-saude-mental/centro-psiquico-da-adolescencia-e-infancia>. Acesso em 28 jun. de 2020.

FRANCO, Elen Caroline; LOPES, Andréa Cintra; LOPES-HERRERA, Simone Aparecida. **Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas**. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 1837-1841, dez. 2014.

FREIRE, Isabel. **Percursos disciplinares e contextos escolares – Dois estudos de caso**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2001.

---

FREITAS, Neli Klix. **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais.** Jornal de Políticas educacionais. Nº 7 | Janeiro, Junho de 2010. PP. 25–34. 25 da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Curitiba, Paraná.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Editora Perspectiva. São Paulo. 1961.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abril. 2005.

IANNELLI, Andrea. et al. **Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 39-48, Jan. 2015.

LIMA, Miguel Moacyr Alves. **O direito da criança e do adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica.** Tese (Doutorado em Direito), Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LUBI, Ana Paola Lopes. (2003). **Estilo parental e comportamento socialmente habilidoso da criança com pares.** In Maria. Zilah. Brandão *et al.* Sobre comportamento e cognição. Vol 11. p.536-541. Santo André: Esetec.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Martins E, Szymanski Z H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estud. pesqui. psicol.** Rio de Janeiro, 2004.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica.** Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, Aug. 2005.

NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva; HUTZ, Claudio Simon. **Construção e validação da escala fatorial de socialização no Modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade.** Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 20-25, 2007.

NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva et al. **Processo de Validação da Escala Fatorial de Extroversão.** Campinas, São Paulo. 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

---

PETRINI, João Carlos. **Pós-Modernidade e Família**: um itinerário de compreensão. 1ª edição. Baurú – SP: Edusc, 2003.

PRATTA, Elisângela Maria Machado. SANTOS, Manoel Antonio dos. **Família e adolescência**: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **101 perguntas e respostas sobre alternativas de convivência familiar**: família de apoio guarda e apadrinhamento afetivo. São Paulo: 2003.

SANARE, Sobral. **Grupo de familiares em CAPS ad**: acolhendo e reduzindo tensões. *Revista de Políticas Públicas*, v.14, n.1, p.81-86, jan./jun., 2015.

SCAGLIA, Andressa Pin; MISHIMA-GOMES, Fernanda Kimie Tavares; BARBIERI, Valéria. **Paternidade em Diferentes Configurações Familiares e o Desenvolvimento Emocional da Filha**. *Psico-USF*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 267-278, June 2018 .

SCHMIDT, Beatriz et al .**Percepções Parentais sobre o Temperamento Infantil e suas Relações com as Variáveis Sociodemográficas das Famílias**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 34, e3436, 2018.

SILVA, Nancy Capretz Batista da et al. **Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil**. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008.

SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. INESC - Instituto de Estudos Superiores do Ceará. Fortaleza, 2012.

STUBBE, Dorothy. **Psiquiatria da infância e Adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2008. ISBN: 9788536315249.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. **Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo**. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.).Campinas, v. 12, n. 2, p. 441-449, Dec. 2008.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem trauma**. 57. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.